

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Aprovação de PEC gera crise na oposição..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo ganhou, mas pode não levar os precatórios - NAS ENTRELINHAS..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Leilão marca largada do 5G no Brasil..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Inquérito Bolsonaro-Moro pode levar a afastamento do presidente..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Maiores operadoras, Claro, Vivo e Tim levam principais faixas do 5G em leilão..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

TCU questiona integridade de fundações..... 18

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Leonardo Rolim deixa a presidência do INSS e será secretário de Previdência..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Notório uso político de dados incorretos (Editorial)..... 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira garante PEC e diz que país não tem problema financeiro..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incertezas em meio à melhora na arrecadação e nas contas do governo..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Este governo se autodestroi e quer destruir o próximo", diz Doria..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Criticada pela alta de preços, Petrobras vai à TV se defender..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Nível de endividamento das famílias bate recorde - MERCADO S/A..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

A bomba que a Câmara aprovou - NELSON BARBOSA..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bradesco aumenta lucro em 34,5% no trimestre, para R\$ 6,76 bilhões..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo libera R\$ 1,2 bi do orçamento secreto na véspera de votação de PEC 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'A PEC dos precatórios não será enterrada', diz presidente da Câmara 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Congresso tem o dever de derrotar PEC do Calote (Editorial) 34

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
ECONOMIA

Gasolina tem em outubro o maior preço do século 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gasolina atinge maior valor do século nas bombas 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Presidente diz que TCU deixou de preocupar o governo 37

Aprovação de PEC gera crise na oposição



Fiadores da vitória do governo na aprovação em primeiro turno da PEC dos Precatórios, partidos de oposição mergulharam em disputas internas e estão sob ameaça de retaliação caso mantenham a posição na próxima votação, marcada para terça-feira.

A PEC muda a correção do teto de gastos, que limita o avanço de despesas à **inflação**. O texto libera R\$ 91,6 bilhões de espaço no Orçamento de 2022 e é estratégico para tirar do papel o Auxílio Brasil de R\$ 400 como quer o presidente Jair Bolsonaro. Parlamentares contrários à proposta reclamam que a folga fiscal pode ser usada para turbinar as "emendas de relator" a aliados do governo via orçamento secreto.

Partidos geralmente alinhados em temas econômicos, como MDB e PSDB, racharam, e o governo recorreu à oposição. Articulador da PEC, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) obteve 10 votos dos 32 da bancada do PSB, e 15 votos dos 24 do PDT.

Expoentes das duas legendas reagiram. O presidente do PSB, Carlos Siqueira, avisou que a sigla pode fechar questão contra a matéria para o segundo turno ? o que deflagraria punição a deputados infiéis. Já o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) anunciou a suspensão de sua pré-candidatura ao Planalto até que seu partido "reavalie" sua posição (leia reportagem na página ao lado).

Os deputados da oposição que votaram de forma favorável argumentam que houve negociação para

flexibilizar a PEC, garantindo a prioridade de pagamento aos estados dos precatórios do Fundef (extinto fundo de educação).

O placar da votação de ontem foi bem apertado, já que uma proposta de emenda à Constituição precisa, para ser aprovada na Câmara, dos votos favoráveis de pelo menos 308 deputados ? o equivalente a três quintos dos parlamentares da Casa. Além disso, são necessários dois turnos de votação

Traições

No PDT, a orientação da liderança da bancada foi pela aprovação da proposta, mas seis deputados deram votos contrários: Idilvan Alencar (CE), Túlio Gadelha (PE), Gustavo Fruet (PR), Chico D'Angelo (RJ), Paulo Ramos (RJ) e Pompeo de Mattos (RS).

Já no PSB, apesar da orientação da liderança ter sido pela rejeição da PEC, 10 deputados votaram a favor da proposta: Emidinho Madeira (MG), Júlio Delgado (MG), Cássio Andrade (PA), Aliel Machado (PR), Luciano Ducci (PR), Liziane Bayer (RS), Rodrigo Coelho (SC), Jefferson Campos (SP), Ricardo Silva (SP) e Rosana Valle (SP).

No Cidadania, a orientação era contrária à PEC, mas dois deputados votaram em sentido oposto: Carmen Zanotto (SC) e Da Vitória (ES). No DEM, Luis Miranda (DF) e Kim Kataguirí (SP) votaram contra a PEC, contrariando a orientação do partido.

A liderança do MDB orientou pela rejeição do texto, porém 10 deputados votaram em sentido oposto: Fábio Ramalho (MG), Hercílio Diniz (MG), Newton Cardoso Júnior (MG), Daniela Waguinho (RJ), Gutemberg Reis (RJ), Vinícios Farah (RJ), Lucio Mosquini (RO), Osmar Terra (RS), Rogério Peninha (SC) e Fabio Reis (SE).

Entre partidos governistas, o PL é um que também enfrentou traições. Os deputados Marcelo Ramos (AM), que é vice-presidente da Câmara; e Fernando Rodolfo (PE) votaram contra a PEC, descumprindo a recomendação da liderança.

No Avante, dois deputados da sigla votaram contra a PEC, na contramão da orientação da liderança da bancada: Pastor Isidório (BA) e André Janones (MG). No PSC, em que a recomendação também era pela aprovação da proposta, Paulo Martins (PR) votou contra.

Manobras

Lira lançou mão de vários artifícios para conseguir aprovar a PEC, em meio ao temor de uma possível derrubada da matéria. Uma das manobras foi a edição de um ato da Mesa Diretora da Casa permitindo que deputados em missão na COP26, em Glasgow, na Escócia, votassem na sessão ? conforme o regimento, parlamentares nessa situação ficam automaticamente liberados da obrigação de participar das votações.

Os bastidores envolveram, também, o empenho de um volume recorde, em 2021, de recursos previstos nas emendas do relator-geral do Orçamento, as chamadas RP9. Foram empenhados R\$ 1.967.751.844,83, como reserva para pagamento de obras, serviços e equipamentos em redutos eleitorais de parlamentares. Diferentemente das outras modalidades de emendas, as RP9 não contam com transparência sobre os congressistas beneficiados e a destinação das verbas. (Jorge Vasconcellos e Cristiane Noberto, com Agência Estado)

Como os partidos votaram

Partido	Nº de deputados	Sim	Não	Ausente
Avante	8	6	2	0
Cidadania	7	2	5	0
DEM	27	19	2	6
MDB	33	10	13	10
Novo	8	0	8	0
Patriota	6	6	0	0
PCdoB	8	0	8	0
PDT	24	15	6	3
PL	42	40	2	0
Podemos	10	5	4	1
PP	42	39	0	3
Pros	10	9	0	1
PSB	32	10	21	1
PSC	11	10	1	0
PSD	35	29	5	1
PSDB	31	22	6	3
PSL	54	41	6	7
PSol	9	0	5	4
PT	52	0	44	8
PTB	10	6	1	3
PV	4	1	3	0
Rede	1	0	1	0
Republicanos	31	29	0	2
Sem partido	1	0	1	0
Solidariedade	13	13	0	0
Total	509	312	144	53

Governo ganhou, mas pode não levar os precatórios - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O gesto do ex-ministro Ciro Gomes, ao comunicar ao PDT que sua pré-candidatura a presidente da República está suspensa, em razão do adesismo da sua bancada federal na votação da PEC dos Precatórios, teve um efeito saneador em toda a oposição, que votou muito dividida na madrugada de ontem, quando a proposta foi aprovada pela Câmara, em primeiro turno, por uma margem estreita de quatro votos. A votação desnudou as contradições existentes nas bancadas dos principais partidos de oposição, principalmente as relações perigosas com o esquema secreto de distribuição de emendas ao Orçamento comandado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Como sempre acontece nas votações polêmicas, a PEC dos Precatórios foi aprovada na calada da noite, 312 votos a 144. O texto-base da PEC dos Precatórios, a principal aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, esconde um butim de R\$ 20 bilhões acima do teto de gastos, a serem distribuídos por Lira durante o ano eleitoral, diretamente para prefeituras e instituições ligadas aos parlamentares que participam do seu esquema, sem controle efetivo dos órgãos fiscalizadores sobre a execução desses recursos em bases, digamos, republicanas. É uma espécie de "mensalão" ? o esquema de desvio de recursos públicos montado na Comissão de Orçamentos que foi investigado pela CPI dos Correios ?, porém legalizado pelas regras estabelecidas no próprio Orçamento, que cria uma flagrante distorção no processo eleitoral, porque os "amigos do rei" passam a contar com um instrumento de barganha de apoio muito superior aos recursos de financiamento que advém do fundo eleitoral.

Ninguém tem o direito de dizer que se enganou com Arthur Lira (PP-AL), que disse ao que veio na campanha para presidente da Câmara, com o líder do Centrão, o bloco de partidos que aderiu ao governo quando o "toma lá dá cá" passou a ser a regra do jogo da articulação da base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro. Foi a vitória da "pequena política", do velho fisiologismo e da iminente recidiva do patrimonialismo. Quando o presidente da Casa era o deputado Rodrigo Maia (sem partido), a disputa entre a Câmara e o Palácio do Planalto se dava no âmbito da "grande política", que havia voltado ao Congresso. Agora,

quando a "transa" predomina, a "grande política" foi para o ralo, porque não há mais quem a defenda com a força que a sociedade exige, nem a oposição, ainda mais enfraquecida pelo adesismo de parte de suas bancadas.

A equipe econômica de Paulo Guedes, o ministro da Economia que abriu mão da blindagem fiscal e do controle da **inflação**, deve até ter saudades dos embates com Rodrigo Maia. Derrotada pela ala política do Palácio do Planalto ? os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Fábio Farias (Comunicações) ?, a equipe econômica hoje é residual, porque seus principais quadros já se afastaram, com a exceção do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que tem mandato e autonomia. A PEC abre um espaço no Orçamento de 2022 de R\$ 91,6 bilhões, dos quais R\$ 44,6 bilhões são decorrentes do limite a ser estipulado para o pagamento das dívidas judiciais do governo federal (precatórios); e R\$ 47 bilhões foram criados artificialmente, gerados mudança no fator de correção do teto de gastos, incluída na mesma PEC., que passou a ser calculado de janeiro a dezembro, em vez de junho a junho.

Reação negativa

O Auxílio Brasil, novo programa social do governo, deve tomar cerca de R\$ 50 bilhões dessa folga orçamentária; também serão contemplados o ajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo; a elevação de outras despesas obrigatórias (onde entram as emendas parlamentares ao orçamento); as despesas de vacinação contra a Covid-19; e as vinculações do teto aos demais poderes e subtetos. A divisão exata do espaço liberado pela proposta no teto de gastos só será definida na votação do Orçamento de 2022, o que abrirá outra rodada de barganhas. O valor do Auxílio Brasil, estimado em \$ 400, também não foi definido na PEC e pode ser aumentado para até R\$ 600, como deseja o PT, que votou contra a emenda. A rigor, o auxílio foi criado para substituir o Bolsa Família e está sendo utilizado como pretexto para "furar" o teto de gastos, porque o governo poderia perfeitamente encontrar os recursos para o auxílio cortando outras despesas, não-prioritárias, de um Orçamento de mais de R\$ 1 trilhão.

Entretanto, por causa da reação da sociedade e da

cúpula dos partidos de oposição, a PEC dos Precatórios subiu no telhado. Corre risco de ser barrada na segunda votação da Câmara, ou mesmo pelo Senado, mais sensível às pautas majoritárias da sociedade. O sinal de que a vaga estranhou o bezerro foi a reação do mercado. Mesmo com a leilão do 5G, da maior importância, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia em queda de 2,09%, aos 103.412 pontos, e o dólar terminou em alta de 0,29%, vendido a R\$ 5,606.

Leilão marca largada do 5G no Brasil



Fernanda Fernandes

As operadoras Claro, Vivo e TIM arremataram a faixa de 3,5GHz (giga-hertz), a principal utilizada na oferta da tecnologia 5G no mundo e orçada em cerca de R\$ 30 bilhões. A compra foi realizada ontem durante o primeiro dia do leilão do 5G, promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A agência prevê que o arremate de todos os lotes oferecidos deva movimentar, até amanhã, quando termina o leilão, R\$ 49,7 bilhões. Dividido em três lotes, este foi o segundo arremate do leilão. O prazo de direito de exploração, tanto desta quanto das demais faixas leiloadas, será de até 20 anos. Exclusiva para a tecnologia 5G, a faixa de 3,5GHz permite a transmissão de dados em altíssima velocidade e abrange, principalmente, o setor varejista e industrial nas áreas urbanas.

Segundo informações da Anatel, R\$ 29 bilhões do total pago pela faixa 3,5GHz serão destinados ao cumprimento das obrigações previstas no edital de licitação do leilão, definidas pelo Ministério das Comunicações e validadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela agência. Entre essas contrapartidas está, por exemplo, a instalação de rede de fibra ótica em regiões do interior do país e a disponibilização do 5G em todas as capitais, até 31 de julho de 2022.

Além da principal faixa de frequência leiloadas pelas três maiores operadoras do país, o edital do leilão prevê outras três: 700MHz (já arrematada pela operadora Claro), 2,3GHz e 26GHz. Essas faixas são vendidas em blocos nacionais e regionais e ofertadas pelas 15 operadoras participantes do processo de licitação. O leilão do 5G teve início na manhã de ontem e contou com a participação do presidente Jair

Bolsonaro e de ministros.. O evento também é realizado em celebração aos 24 anos da Anatel.

OPERADORA NOVA A Winity II Telecom, ligada ao Patria Investimentos - líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, arrematou por R\$ 1,427 bilhão o primeiro lote na faixa de 700MHz do leilão do 5G. A faixa oferece internet de altíssima velocidade em todo o território nacional e, com a sua aquisição pela Winity, o Brasil ganha mais uma operadora de telecomunicação.

O lance ocorreu antes de Claro, Vivo e TIM arrematarem lotes na faixa de 3,5GHz, que é a principal do leilão. Além da Winity, que pagou valor 805% superior ao lance mínimo previsto no edital (de R\$ 157 milhões), o leilão da faixa de 700MHz teve lances de outras duas empresas, das 15 participantes do certame - NK108, que ofereceu R\$ 333 milhões pela faixa, e VDF, que ofereceu R\$ 318 milhões.

Vale destacar que, com a venda da Oi Móvel em um processo de recuperação judicial da operadora, o Brasil passou a ter apenas três empresas autorizadas à prestação de serviços de telefonia móvel com abrangência nacional: Claro, TIM e Vivo. Com o arremate da faixa de 700MHz do 5G, a Winity se juntará em breve ao grupo. Para isso, a operadora terá que cumprir algumas obrigações previstas no edital, como levar internet a 31 mil quilômetros de rodovias federais e a localidades sem tecnologia 4G. A outorga de direito de uso da empresa para exploração do serviço é de 20 anos.

REDE PRIVATIVA Com a nova rede, o Brasil busca promover o crescimento econômico com maior eficiência para os diversos setores produtivos, e conexão para mais brasileiros, instituições de ensino e até rodovias. O processo licitatório inclui uma rede paralela para uso exclusivo do governo, na qual não será possível usar equipamentos da empresa chinesa Huawei.

A companhia foi excluída pelos termos do edital, em meio a uma disputa geopolítica por acusações de espionagem feitas, especialmente, pelos Estados Unidos.

As definições para a montagem da nova rede começaram pela manhã, com um martelo simbólico do presidente Jair Bolsonaro em evento em Brasília, onde destacou o avanço "histórico" na conectividade do país. O ministro das Comunicações, Fábio Faria,

destacou que o país será o primeiro da América Latina a ter 5G. "Vamos mostrar para o mundo que o Brasil agora vai virar um hub de inovação para que a gente possa receber empresas, investimentos (...) e exportar tecnologia", estimou. Entre as 15 empresas que apresentaram propostas, cinco já oferecem serviços de telecomunicações no país. As outras 10 são empresas menores, especialmente de serviços de banda larga por fibra ótica.

Segundo Faria, a implementação do 5G poderia representar um crescimento de 10% só para o agro, um setor com potencial de impulsionar 2,5% do **PIB** na próxima década.

Essa rede permitirá conectar aparelhos entre si e na nuvem, com tempos de resposta imediatos, possibilitando, por exemplo, o desenvolvimento de cidades inteligentes, veículos autônomos ou cirurgias a distância. Embora a licitação tenha demorado meses e o país esteja atrasado em relação a outros da Europa e da Ásia, a chegada da nova tecnologia ao Distrito Federal e nas 26 capitais estaduais está prevista até 31 de julho de 2022. No restante das cidades, com populações maiores que 30.000 habitantes, o 5G chegará entre 2025 e 2028.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

O EDITAL, EM DETALHES

FAIXA DE 700MHz

1ª RODADA

■ Bloco de 10 + 10 nacional

■ **COMPROMISSOS:** rodovias federais e localidades sem 4G

2ª RODADA

■ 2 blocos de 5 + 5 regionais

■ **COMPROMISSOS:** localidades sem 4G e rodovias federais

■ **PRAZO DA AUTORIZAÇÃO:** disciplinadas pelo Anexo à Resolução 625/2013, pelo prazo de 20 anos, prorrogável a título oneroso, na forma da regulamentação vigente à época do vencimento, sendo a primeira prorrogação até 8 de dezembro de 2044

FAIXA DE 3,5GHz

1ª RODADA

■ 4 blocos nacionais de 80MHz

■ 8 blocos regionais de 80MHz

■ **COMPROMISSOS:** Instalação de rede de transporte (backhaul de fibra ótica) em municípios indicados no Anexo XV; instalar estações radiobase (ERBs) que permitam a oferta do Serviço Móvel Pessoal (SMP, a telefonia móvel) por meio de padrão tecnológico igual ou superior ao 5G NR release 16 do 3GPP, na proporção mínima de uma estação para cada 10 mil habitantes; ressarcir as soluções para os problemas de interferência prejudicial na recepção do sinal de televisão aberta e gratuita, transmitidos na Banda C, à população efetivamente afetada, nos termos da Portaria 1.924/SEI-MCOM/2021, do Ministério das Comunicações; implantação do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS) e do projeto Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal

2ª RODADA

(Caso de algum bloco da 1ª rodada ficar deserto)

■ **Blocos de 20MHz**
Limitação de arrematação de mais de dois blocos regionais

■ **PRAZO DA AUTORIZAÇÃO:** 20 anos

FAIXA DE 2,3GHz

1ª RODADA

■ Bloco de 50MHz e bloco de 40MHz regionais

■ **COMPROMISSOS:** cobrir com 95% a área urbana dos municípios sem 4G.

FAIXA DE 26GHz

1ª RODADA

■ 10 blocos nacionais e 6 blocos regionais de 200MHz

■ **COMPROMISSOS:** projetos de conectividade de escolas públicas de educação básica, com a qualidade e velocidade necessárias para o uso pedagógico das TICs nas atividades educacionais regulamentadas pela Política de Inovação Educação Conectada

■ **PRAZO DA AUTORIZAÇÃO:** 20 anos

2ª RODADA

■ Até 10 blocos nacionais e 6 regionais de 200MHz
(Se não forem vendidos na 1ª rodada)

■ **COMPROMISSOS:** projetos de conectividade de escolas públicas de educação básica, com a qualidade e velocidade necessárias para o uso pedagógico das TICs nas atividades educacionais regulamentadas pela Política de Inovação Educação Conectada

■ **PRAZO DA AUTORIZAÇÃO:** 10 anos

Inquérito Bolsonaro-Moro pode levar a afastamento do presidente



Jair Bolsonaro e Sergio Moro conversam durante cerimônia em 2019. Evaristo Sá - 19 ago.19 / AFP

FOLHA EXPLICA

Qual a origem e o objetivo da investigação?

O inquérito foi aberto em abril de 2020, horas depois de Sérgio Moro pedir demissão do Ministério da Justiça com acusações ao presidente Jair Bolsonaro. O objetivo da apuração é verificar se as afirmações do ex-ministro de que Bolsonaro teria tentado interferir na PF são verdadeiras ou se ele mentiu sobre o comportamento do chefe do Executivo. Bolsonaro poderá ser denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e, se o Congresso aprovar o prosseguimento das investigações e o STF aceitar a abertura de ação penal, será afastado do cargo automaticamente por 180 dias.

Quais os possíveis crimes investigados?

No pedido de abertura de inquérito, o procurador-geral da República, Augusto Aras, citou oito crimes que podem ter sido cometidos: falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, obstrução de Justiça, corrupção passiva privilegiada, prevaricação, denúncia caluniosa e crime contra a honra. Nada impede, no entanto, que a investigação encontre outros crimes.

Moro também é investigado? Por quais crimes?

A PGR não afirma, no pedido para apurar o caso, os crimes que podem ser imputados a cada um.

Interlocutores de Aras, porém, afirmam que os delitos possivelmente cometidos por Moro são denúncia caluniosa, crime contra a honra e prevaricação.

O que Moro disse em depoimento à Polícia Federal?

O ex-ministro reafirmou as acusações feitas ao pedir demissão do Executivo e detalhou sua relação com Bolsonaro. Sobre a intromissão no trabalho da Polícia Federal, Moro revelou que, por mensagem, o presidente cobrou a substituição na Superintendência da PF no Rio de Janeiro.

"Moro você tem 27 Superintendências, eu quero apenas uma, a do Rio de Janeiro", disse Bolsonaro pelo WhatsApp, segundo transcrição do depoimento do ex-ministro à PF. Além disso, ressaltou que o presidente teria reclamado e demonstrado a intenção de trocar a chefia da corporação em Pernambuco.

O que Moro apresentou como possíveis provas?

O ex-juiz da Lava Jato apresentou conversas trocadas por WhatsApp e relatou que Bolsonaro chegou a ameaçá-lo em uma reunião ministerial gravada pelo governo.

Quem irá definir se os relatos de Moro configuram uma ingerência passível de denúncia ou apenas o exercício de prerrogativas presidenciais?

Ao finalizar as apurações, a Polícia Federal fará um relatório em que concluirá que ambos são inocentes ou, se for o contrário, indicará os dois ou apenas um deles. Esse relatório policial será encaminhado à PGR, que não fica vinculada à conclusão da corporação. Ou seja, caberá a Aras analisar as provas e decidir se oferece ou não a denúncia.

Há prazo para a conclusão das investigações?

O Código de Processo Penal estabelece que inquéritos têm de ser concluídos em 30 dias ou em 10 dias se envolver réu preso. Esse prazo, no entanto, nunca é respeitado, inclusive nas investigações que correm perante o STF. Portanto não há prazo limite.

Quais podem ser as consequências a Bolsonaro nessa investigação?

O presidente pode ser denunciado pela PGR e, se a Câmara dos Deputados aprovar o prosseguimento e o STF aceitar a abertura de ação penal, ele será automaticamente afastado do cargo por 180 dias, até uma solução sobre a condenação ou não. Caso o Legislativo barre o prosseguimento das investigações, o processo voltará a correr após ele deixar o mandato.

Houve interferência de Bolsonaro na Polícia Federal?

Sim. Embora tenha prometido publicamente carta branca ao seu ex-ministro da Justiça para definir os cargos de comando da PF, o presidente demitiu, contra a vontade dele, o então diretor-geral da corporação, Maurício Valeixo, e na sequência mudou a chefia da Superintendência do órgão no Ido de Janeiro.

A interferência aconteceu por objetivos políticos nas investigações?

Há indícios de que sim. Um deles é que, antes de exonerar Valeixo, Bolsonaro enviou uma mensagem a Moro com o link de uma reportagem com o seguinte título: "PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas". Na sequência, escreveu; "Mais um motivo para a troca".

Outro elemento é o próprio vídeo da reunião ministerial em 22 de abril de 2020. Num dos momentos, ao reclamar da falta de informações de órgãos diversos, Bolsonaro fala em interferir na Polícia Federal - inicialmente, o presidente negava até mesmo ter se referido à Polícia Federal no encontro, o que não se demonstrou verdadeiro.

Em outro momento, o presidente reivindicou a troca de "gente da segurança" no Rio de Janeiro para que seus amigos e parentes não fossem prejudicados. A Superintendência no Ido de Janeiro conduz investigações relacionadas a um dos filhos de Bolsonaro e alguns de seus aliados.

Como presidente, Bolsonaro pode interferir na PF?

É atribuição do presidente a nomeação de ministros e de qualquer outro cargo da estrutura do Executivo. O próprio Bolsonaro disse publicamente que queria mexer nos cargos da corporação, mas, para ele, não seria uma interferência. A questão central na investigação é saber se o presidente demitiu o diretor da PF e se forçou a troca do superintendente no Rio por interesses pessoais.

Aversão de Bolsonaro de que seu pleito era mudar as equipes do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) no Rio de Janeiro, responsáveis pela proteção dele e de familiares, se mantém?

Essa versão está bastante fragilizada. Os fatos indicam que o presidente não estava descontente com o desempenho do GSI na sua segurança pessoal. Tanto que, semanas antes da reunião ministerial, o chefe dessa equipe foi promovido e substituído pelo número dois do grupo.

Outro indicativo de que a explicação não procede ocorreu na reunião ministerial. Ao reclamar da troca de pessoal no Rio, Bolsonaro olha em direção a Moro, então chefe da PE e não para o general Augusto Heleno, ministro do GSI.

Mais uma evidência é a própria sucessão de eventos após a agenda com os ministros. Dois dias depois da reclamação, foi o então diretor da PF quem o presidente demitiu. Um dos primeiros atos da nova gestão do órgão foi substituir o superintendente no Rio.

Quais eram os interesses de Bolsonaro na PF?

A PF no Rio conduzia uma investigação para apurar se o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente, cometeu crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral ao declarar seus bens para a Justiça Eleitoral

Também foi a PF no Rio, ao deflagrar a operação Furna da Onça, em 2018, que trouxe à tona relatório de movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio, quando deputado, na Assembleia do Rio.

Esse relatório, do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), suscitou investigação do Ministério Público do Rio sobre um suposto esquema de "rachadinha" de salários de servidores do gabinete de Flávio.

Bolsonaro vinha demonstrando contrariedade com as investigações da PF em Minas que concluíram que Adélio Bispo, autor do atentado a faca do qual foi vítima, agiu sozinho. Ele defende a tese de que algum oponente político foi o mandante do crime.

Em mensagem para Moro, Bolsonaro também demonstrou preocupação com o chamado inquérito das fake news, em curso no Supremo, que pode atingir se os aliados políticos.

A preocupação com investigações, desconhecimento sobre processos, síndrome de perseguição, inimigos políticos e fake news são alguns dos principais pontos elencados por pessoas ouvidas pela Folha para tentar desvendar o que há no Rio de Janeiro de interesse para Bolsonaro.

COMO CHEGAMOS AQUI?

A Polícia Federal interrogou o presidente Jair Bolsonaro na noite desta quarta-feira (3) no Palácio do Planalto sobre a acusação de interferência política dele na corporação. O presidente é suspeito de mudar a cúpula da Polícia Federal para proteger parentes e aliados, suspeita levantada pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. No depoimento, Bolsonaro negou interferência na PF e afirmou que trocou seu comando por uma questão de diálogo e que Moro teria concordado com mudança desde que ela ocorresse após sua indicação para o STF.

Indícios de supostos crimes cometidos por Bolsonaro

Advocacia administrativa

O uso de estruturas oficiais para proteger pessoas próximas, como sugeriu o presidente na reunião do dia 22 de abril, é um indício de que ele pode ter se valido do cargo público para patrocinar interesse privado. Ao citar o desejo de "trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro" porque não queria esperar que prejudicassem "os amigos", o chefe do Executivo indica a possibilidade de ter cometido o crime.

A segurança pessoal do presidente e da sua família é garantida por lei. A proteção, porém, não abrange as amizades do presidente. Bolsonaro também pode ser enquadrado nesse delito se ficar comprovado que interferiu no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para beneficiar uma obra do empresário Luciano Hang, dono da Havan. Na reunião ministerial, ele reclama que o órgão "para qualquer obra no Brasil" e citou uma construção de Hang. À coluna Painel a ex-diretora do Iphan Kátia Bogéa disse que foi demitida da função por pressão de Hange de Flávio Bolsonaro. A pena para esse delito é de três meses a um ano

Obstrução de Justiça

Na entrevista concedida após a divulgação do vídeo da reunião, Bolsonaro admitiu que temia a expedição de ordem judicial de busca e apreensão contra seus filhos. Ocorre que, para uma operação dessa natureza ser realizada, é necessária autorização judicial. E não cabe ao chefe do Executivo interferir no Judiciário. Bolsonaro ressaltou que levantou essa possibilidade porque tem "amigos policiais" no RJ, que o teriam avisado, dando a entender que ele pode ter evitado uma operação contra seus filhos. Além disso, a afirmação também pode levar à acusação advocacia administrativa, uma vez que **servidores públicos** o teriam ajudado sem que prestassem serviço a ele.

A pena é de dois meses a dois anos de prisão

Falsidade ideológica

Bolsonaro pode ter cometido o crime se ficar comprovado que adulterou o Diário Oficial da União em relação à demissão de Maurício Valeixo da direção-geral da PF. Moro afirmou que não tinha assinado a demissão, como constava na exoneração de Valeixo, que havia sido publicada no mesmo dia. Na ocasião, a exoneração foi publicada "a pedido" e com o endosso de Moro. Bolsonaro usou as redes sociais para afirmar que essa era uma prova de que não queria interferir na corporação. Horas depois,

O governo republicou o Diário Oficial sem a assinatura de Moro. A pena prevista para o crime é de 1 a 5 anos de prisão

Coação no curso do processo

O presidente não detalhou como levantou com "amigos policiais" que estava sendo "armada" uma operação contra seus filhos. Caso a evolução das investigações aponte que Bolsonaro ameaçou algum servidor para interferirem processo judicial ou policial, pode ficar caracterizada a coação no curso do processo. A pena para esse delito é de 1 a 4 anos de reclusão

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49720&_ga=2.198263148.2105478744.1636081737-1946347472.1596450023&anchor=6444789&pd=60ceb21ba14e5037250ee26173eaff09

Maiores operadoras, Claro, Vivo e Tim levam principais faixas do 5G em leilão



Julio Wiziacke Bernardo Caram

As maiores operadoras de telefonia móvel do país, Claro, Vivo e Tim, arremataram as principais faixas do leilão de 5G realizado nesta quinta-feira (4) pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Juntas, essas empresas pagarão R\$ 6,8 bilhões em outorgas para a União. Foram arrematadas licenças nas frequências de 700 MHz (megahertz) e de 2,3 GHz (gigahertz) 03,5 GHz. A Anatel decidiu deixar os lotes na faixa de 26 GHz para a sexta-feira (5). Frequências são avenidas no ar por onde as teles fazem trafegar seus sinais.

A expectativa do governo é arrecadar, no máximo, R\$ 9 bilhões com o leilão em todas as faixas de frequência. Elas foram avaliadas em R\$ 49 bilhões pela Anatel, mas o edital impôs investimentos obrigatórios (cerca de R\$40 bilhões) para até os próximos-10 anos, que serão descontados do preço das licenças. A diferença entrará no caixa do Tesouro.

O certame confirmou a expectativa de que as operadoras de grande porte ficariam com as frequências de 3,5 GHz (gigahertz), o chamado "filé mignon" do 5G com cobertura nacional, faixa que permitirá velocidades até cem vezes mais rápidas que as do 4G.

Essa frequência foi separada em quatro lotes -um deles não recebeu proposta. A expectativa na Anatel é que 80% das frequências sejam leiloadas, o que levaria a agência a, futuramente, realizar uma nova rodada de leilões com as sobras.

A falta de interesse no quarto bloco de 3,5 GHz se explica pela ausência da Oi, que vendeu seu braço móvel para as três concorrentes (Claro, Tim e Vivo). O negócio aguarda análise do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da Anatel.

A Claro arrematou o primeiro lote por R\$ 338 milhões. A oferta da Vivo para a segunda fatia foi de R\$ 420 milhões. A Tim, por sua vez, venceu o terceiro lote por R\$ 351 milhões.

Na frequência de 700 MHz (megahertz), que permite ampliação das redes de 4G, o primeiro lote marcou a entrada do fundo Patria na telefonia. Ele arrematou a frequência de 700 MHz com cobertura nacional, oferecendo lance de R\$ 1,4 bilhão, com ágio de 805,8%. Como vencedor desse lote, o Patria terá que levar o 4G a mais de 1.100 trechos de rodovias federais.

Há a expectativa que o fundo não crie uma operadora como as três grandes, mas atue como fornecedor, inclusive para pequenos provedores.

O leilão seguiu com a abertura de lotes com coberturas regionais na faixa de 3,5 GHz. Houve disputa para os blocos das regiões Nordeste e Sul.

No Nordeste, a empresa Brisanet venceu a disputa com um lance de R\$ 1,25 bilhão, ágio de 13.741,7%. Ela poderá oferecer o 5G em toda a região. O grupo, sediado no Ceará, levou também as frequências de 3,5 GHz para cobrir a região Centro-Oeste.

No bloco da região Sul houve uma intensa disputa entre o Consórcio 5G Sul, formado pela União Copei (uma coligada da Sercomtel) e a Unifique (operadora que atende Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e a Meganet. Após 15 lances, o Consórcio 5G Sul venceu com uma oferta de R\$ 73,6 milhões, registrando ágio de 1.454,74%. A CloudzU se tornou uma nova empresa de telefonia ao vencer o lote que abrange Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais com um lance de R\$ 405 milhões, ágio de 6.266%.

A Algar ficou com o último lote regional cobrindo o Triângulo Mineiro e partes de Mato Grosso do Sul e Goiás, áreas já atendidas pela empresa como concessionária de telefonia fixa. A empresa ofereceu

R\$ 2,35 bilhões, ágio de 358,5%.

Claro, Brisanet e Vivo arremataram lotes menores de 2,3 GHz, pagando, no total, R\$ 1,4 bilhão pelas licenças.

Incluído no PPI (Programa de Parceria de Investimentos), o leilão do 5G vai reforçar a lista de concessões realizadas no governo e será usado por Jair Bolsonaro (sem partido) como plataforma política durante a campanha pela reeleição em 2022.

Até julho de 2022, o serviço de telefonia de quinta geração deverá estar dispo nível em todas as capitais nacionais. O governo insistiu para que esse cronograma fosse mantido mesmo com um pequeno atraso na aprovação do edital.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), pressionou a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e o TCU (Tribunal de Contas da União) para que a análise das regras do edital fossem feitas a tempo de o leilão ocorrer neste ano - e já com um atraso de mais de um ano.

Outra exigência do ministro, encampada pelo presidente Bolsonaro, foi o padrão tecnológico a ser imposto para as novas redes. As operadoras pretendiam utilizar as redes atuais (4G e 3G) adicionando equipamentos 5G sobre elas, mas a Anatel, sob orientação do ministério, impôs um padrão mais moderno, o chamado "release 16", que exige a construção de redes totalmente independentes das atuais dedicadas exclusivamente ao 5G.

Bolsonaro chegou a dizer que somente com essa rede será possível estimular a economia por meio de novas aplicações, como a telemedicina (com atendimentos e cirurgias à distância, por exemplo), carros teleguiados, fábricas inteligentes e lavouras totalmente conectadas.

Essas modalidades deverão aumentar não só a produtividade da economia como gerar mais riqueza. Consultorias especializadas em telecomunicações estimam que o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil poderá crescer até R\$ 6,5 trilhões ao longo de três décadas caso o 5G seja implantado na sua versão mais moderna.

Bolsonaro, que até o momento não conseguiu entregar a maior parte das reformas estruturantes prometidas, coleciona problemas na condução da pandemia e sofre de queda de popularidade, busca boas notícias para tentar se viabilizar à reeleição - a chegada do 5G é uma delas.

Boa parte do atraso do leilão, no entanto, se deve ao próprio governo, que ameaçou impor restrições e até

banir a chinesa Huawei da construção das redes 5G. Isso ocorreu porque Bolsonaro se alinhou estrategicamente com o ex-presidente dos EUA Donald Trump, que entrou em uma guerra geopolítica com a China.

Um dos alvos escolhidos foi a Huawei, a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do mundo. Naquele momento, impor uma sanção desse porte - como ocorreu em alguns países parceiros dos EUA - significaria obrigar as operadoras a trocarem praticamente todo o parque de antenas e de equipamentos em uso, porque os equipamentos de outros fabricantes não conversam com aparelhos 4G e 3G da Huawei.

As teles calculavam um atraso de ao menos três anos para efetuar essa troca a um custo de ao menos R\$ 100 bilhões, valor que teria de ser indenizado pelo governo.

A saída encontrada por Faria foi determinar que os vencedores do leilão construíssem uma rede privativa para a administração pública federal. Nessa rede não haveria equipamentos chineses.

Outra medida foi tornar obrigatório o investimento na conexão da região amazônica, um projeto defendido principalmente pelos militares da ala ideológica do governo. O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) foi um dos mais resistentes à participação da Huawei no mercado nacional.

Atualmente, a empresa chinesa está presente em praticamente todas as operadoras. Ela domina mais de 80% desse mercado.

Bolsonaro dá largada a evento e faz uso político da tecnologia

Brasília Na largada para o leilão do 5G, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), disse, nesta quinta-feira (4), que a chegada da internet nas localidades hoje sem conexão na Amazônia permitirá que os próprios índios mostrem ao mundo como o governo trata a floresta. "Estive na Itália e quando fui visitar a torre de Pisa [Bolsonaro disse "torre de Pizza"], um garoto me perguntou se a Amazônia está pegando fogo", disse.

"Em uma das minhas idas à Amazônia com o [ministro das Comunicações] Fábio Faria, passamos por comunidades indígenas, tucanos e ianomâmis. O que eles pediram? Pediram internet. E vão começar a fazer matéria da Amazônia e mandar pra fora. Não vai ser como a fábrica de fake news [referência à imprensa] que temos aqui no Brasil, que sabemos como funciona." Bolsonaro discursou logo após o ministro Fábio Faria (PSD), que destacou o papel do governo

na entrega de uma tecnologia que permitirá o crescimento econômico e a oferta de internet para cerca de 40 milhões de brasileiros que hoje não têm acesso à rede.

Em tom de campanha, o ministro disse que o certame, o maior já realizado no mundo pela quantidade de frequências, colocará o país em outro patamar tecnológico e reafirmou que isso só foi possível graças ao esforço do governo Bolsonaro.

"Eu assumi o ministério em junho do ano passado e o presidente disse "tenho uma missão para você, Faria. Levar internet para os brasileiros"", disse o ministro. "Pode contar comigo para a gente entregar um Brasil muito melhor do que a gente recebeu", completou.

Faria também aproveitou a ocasião para defender aumentos salariais a conselheiros de agências reguladoras. "É importante que a gente possa ver no Congresso e no governo para que a gente possa fazer com que esses conselheiros tenham um salário mais relevante, diante dos desafios que eles têm, não só na Anatel, mas como em todas as agências." As frequências em leilão nesta quinta e sexta (5) foram separadas em 183 lotes, avaliados em R\$ 49 bilhões. Esse valor, no entanto, não deverá ser pago pelos vencedores que, em troca, se comprometerão a fazer investimentos obrigatórios. Somados, esses compromissos chegam a R\$40 bilhões. Ou seja, na prática, o governo deve receber cerca de R\$ 9 bilhões no leilão.

Incluído no PPI (Programa de Parceria de Investimentos), o leilão do 5G vai reforçar a lista de concessões realizadas no governo e será usado por Jair Bolsonaro como plataforma política durante a campanha pela reeleição em 2022.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49720&anchor=6444808&pd=7405eb5033387e5f32b05c715e616e31>

Com 5G, Anatel realiza oferta de R\$ 50 bi em licenças

Valores, em R\$ bi

Investimentos obrigatórios		Arrecadação prevista*	
40		9	
Estimado das licenças: 49			
Frequências vendidas		Cronograma de implantação	
	Valores arrecadados, em R\$ bi		Cidades (por habitantes)
700 MHz (1 bloco nacional)	1,4	Jul.22	Capitais
3,5 GHz (3 blocos nacionais e 3 regionais)	3,2	Jun.25	mais de 500 mil
2,3 GHz (16 blocos regionais)	2,2	Jun.26	mais de 200 mil
26 GHz (blocos nacionais)	Não realizado	Jun.27	mais de 100 mil
Total	6,8	Jun.29	menos de 100 mil

Vencedores

700 MHz

Para que serve: 4G

Investimento obrigatório: cobrir rodovias federais com 4G e municípios sem essa tecnologia

Vencedor: Winity Telecom (Fundo Pátria)

Valor: R\$ 1,4 bilhão

3,5 GHz nacional

Para que serve: 5G puro

Investimento obrigatório: distribuição de kits para evitar interferências em antenas parabólicas, limpeza de faixas hoje ocupadas pelas emissoras de TV, construção de uma rede privativa para o governo e levar conexão a toda a região amazônica

Blocos	Vencedor	Valor
B1 + D33	Claro	R\$ 418,3 milhões
B2 + D35	Vivo	R\$ 500,3 milhões
B3 + D34	Tim	R\$ 431,3 milhões

3,5 GHz regionais

Para que serve: 5G puro

Investimento obrigatório: cobrir municípios com menos de 30 mil habitantes e construir infraestrutura de conexão em fibra óptica na sede cada localidade atendida

Blocos	Vencedor	Valor
C2 (Norte e SP)	Sercomtel	R\$ 82 milhões
C4 (Nordeste)	Brisanet	R\$ 1,25 bilhão
C5 (Centro-Oeste)	Brisanet	R\$ 3,5 milhões
C6 (Sul)	Consórcio 5G Sul	R\$ 73,6 milhões
C7 (RJ, MG e ES)	Clou2U	R\$ 405 milhões
C8 (municípios de MG, SP, MT, MS e GO)	Algar Telecom	R\$ 2,35 milhões

2,3 GHz regionais

Para que serve: 4G e 5G

Investimento obrigatório: atender com 4G até 95% de todas as localidades na área de cobertura

Blocos	Vencedor	Valor
E1 (Norte)	Claro	R\$ 72 milhões
E3 (SP)	Claro	R\$ 650 milhões
E4 (Nordeste)	Brisanet	R\$ 111,3 milhões
E5 (Centro-Oeste)	Claro	R\$ 150 milhões
E6 (Sul)	Claro	R\$ 210 milhões
E7 (RJ, MG e ES)	Vivo	R\$ 176,4 milhões
E8 (municípios de MG, SP, MT, MS e GO)	Claro	R\$ 32 milhões
F1 (Norte)	Vivo	R\$ 29 milhões
F3 (SP)	Vivo	R\$ 231 milhões
F5 (Centro-Oeste)	Vivo	R\$ 30 milhões
F6 (Sul)	Tim	R\$ 94,5 milhões
F7 (RJ, MG, ES)	Tim	R\$ 450 milhões
F8 (municípios de MG, SP, MT, MS e GO)	Algar Telecom	R\$ 57 milhões

3,7 Gigahertz

É a quantidade total das frequências 4G e 5G a serem leiloadas pela Anatel; é o maior oferta já realizada em um mesmo leilão no mundo

R\$ 6,5 trilhões

É quanto o PIB do país pode crescer em três décadas com o surgimento de novas aplicações do 5G na economia, segundo a consultoria Omdia

*Valor das licenças descontando investimentos obrigatórios
Fonte: Anatel, Associação Nacional de Telecomunicações

TCU questiona integridade de fundações

Juliana Schincariol Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Leonardo Rolim deixa a presidência do INSS e será secretário de Previdência

Do UOL, em São Paulo

O governo federal trocou a presidência do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Leonardo José Rolim Guimarães foi exonerado do cargo e José Carlos Oliveira assume o posto. A mudança foi publicada na edição de hoje do DOU (Diário Oficial da União).

Rolim assumiu o cargo em janeiro do ano passado, após Renato Vieira ser demitido em meio à crise no órgão por causa do represamento na concessão de benefícios.

Ele seguirá no governo, pois foi nomeado secretário de Previdência - função que exercia antes de assumir a chefia do **INSS** -, no lugar de Narlon Gutierrez Nogueira, que foi dispensado.

As mudanças foram assinadas pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

No mês passado, Rolim disse que o **INSS** trabalha em medidas para tentar acelerar a regularização do estoque de benefícios que aguardam análise.

A previsão dele é de que a fila para benefícios previdenciários seja regularizada até o fim do ano. Para os assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, o fluxo deve ser colocado em dia ao longo de 2022, devido à complexidade do benefício e ao estoque elevado que se acumulou, inclusive por causa da pandemia de covid-19, quando as perícias médicas ficaram suspensas por seis meses.

Segundo o **INSS**, há 560 mil benefícios hoje na fila do pente-fino e outros 200 mil devem ser adicionados em breve a partir de uma avaliação prévia de benefícios do BPC para idosos.

* Com Estadão Conteúdo

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/05/governo-troca-presidente-do-inss.htm>

Notório uso político de dados incorretos (Editorial)

O governo do presidente Jair Bolsonaro tornou a desconfiança elemento necessário para os cidadãos avaliarem as informações divulgadas por órgãos e altos funcionários públicos federais, especialmente as mais celebradas pelas autoridades.

Deliberadamente ou não, muitas dessas informações são ou podem estar erradas. É o caso dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que o governo utilizou como propaganda para tentar esconder a dimensão da crise social e econômica. Sabe-se agora que os números exuberantes exibidos pelo presidente e por seu ministro da Economia, Paulo Guedes, para mostrar a rápida geração de empregos de qualidade no ano passado estavam errados. A realidade é bem menos brilhante do que a que o governo vinha mostrando. O saldo de empregos formais gerados em 2020 é praticamente a metade do que havia sido anunciado.

Após meses negando que tivesse havido subnotificação de contratações e demissões nos meses que se seguiram ao início da pandemia, o Ministério do Trabalho e Previdência afinal admitiu o que pesquisadores independentes já apontavam desde meados do ano passado. Os números estavam errados. A mudança de metodologia de coleta de dados (com o uso de informações do eSocial) juntou-se à crise que reduziu a atividade de muitas empresas, levou ao encerramento de atividades de outras e forçou boa parte delas a suspender o envio regular de informações mensais. Os dados do Caged ficaram desatualizados ou subnotificados. Daí a necessidade de sua revisão.

A revisão mostrou que a geração de emprego formal foi bem menor do que a anunciada. Em janeiro, o Ministério da Economia havia divulgado a criação líquida de 142.690 empregos formais em 2020.

A revisão reduziu esse número para 75.883, 47% menor.

Meias-verdades, fatos descontextualizados e mentira pura e simples são tão frequentes em falas do presidente da República, seus filhos e assessores graduados, que parte do público parece protegida dos efeitos deletérios dessas práticas. Dados imprecisos ou incorretos processados por instituições públicas, porém, são mais raros.

Revisar dados econômicos não deveria ser evento político. Mas este governo transformou até estatísticas em instrumento de manipulação políticoeleitoral.

Não faz muito tempo, ao comentar os números do Caged, o ministro Paulo Guedes afirmou que o Brasil estava criando empregos "muito rapidamente". E completava: "Estamos gerando praticamente 1 milhão de empregos a cada três meses e meio".

Era óbvio o contraste entre os dados do Caged e os apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, mostrando a existência de cerca de 13 milhões de desempregados e outros milhões de desalentados ou subocupados.

Sem argumento técnico para explicar essa discrepância, Guedes disse que "o IBGE ainda está na idade da pedra lascada". Felizmente, ao contrário do ministro, pesquisadores do mercado de trabalho responsáveis sabem onde buscar dados confiáveis.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira garante PEC e diz que país não tem problema financeiro

Eduardo Simões

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), garantiu nesta sexta-feira que a Proposta de Emenda à Constituição que altera a regra de pagamento dos precatórios e abre espaço para a criação de um benefício social temporário será aprovada em segundo turno na Casa, inclusive com mais votos do que na primeira votação.

Em entrevista à CNN Brasil, Lira defendeu a PEC dos Precatórios, que permitirá a criação de um programa social com pagamento previsto de 400 reais que terminará ao final de 2022, ano eleitoral, e afirmou que o Brasil não tem um problema financeiro, pois a arrecadação este ano será maior que a esperada.

Eu dificilmente acho que a votação irá refluir para menor. Na Câmara nós iremos avançar no número (de votos) , disse Lira na entrevista.

Nós vamos manter e aumentar (os votos), porque nós votamos esse primeiro turno somente com 456 deputados votando de 513. Muitos vão vir nesta semana e nós vamos aumentar o quórum de votação e, lógico, aumentando a perspectiva de votos a favor.

Na madrugada de quinta-feira, a Câmara aprovou o texto-base da PEC dos Precatórios em primeiro turno por 312 votos a 144. Eram necessários 308 votos para aprovar o texto. A votação dos destaques à matéria, que podem alterar seu conteúdo, e da PEC em segundo turno --quando novamente serão necessários 308 votos para aprovação-- está marcada para a terça-feira.

Após a aprovação do texto-base em primeiro turno, partidos de oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro, como PSB e PDT, foram criticados nas redes sociais pelo fato de suas bancadas terem votado majoritariamente a favor da PEC.

A posição do PDT levou Ciro Gomes a suspender sua pré-candidatura à Presidência pela legenda na eleição do ano que vem e ele pediu que a bancada do partido, que deu 15 votos para a PEC, reveja a posição.

Lira também disse que a taxaçaõ de dividendos, aprovada na Câmara no âmbito da **reforma tributária**, seria suficiente para pagar um programa social

permanente de 300 reais, mas lembrou que o texto está parado no Senado.

EMENDAS

O presidente também classificou de vis e leprosas o que chamou de especulações de que ele teria usado emendas parlamentares nas negociações para aprovar a PEC dos Precatórios.

Lira também fez a avaliação de que o que gera instabilidade no mercado financeiro --com queda nas ações e valorização do dólar ante o real-- não é a PEC dos Precatórios, mas o que chamou de solavancos entre Câmara e Senado.

Agentes financeiros têm apontado que a manobra do governo com os precatórios para permitir a criação de um programa social em ano eleitoral contorna a regra do teto de gastos e abala o arcabouço fiscal do país.

O presidente da Câmara disse ainda que a reforma administrativa está parada na Casa por falta de mobilização daqueles que defendem um Estado menor e apontou ainda que o governo Bolsonaro também não tem apoiado e nem demonstrado interesse na proposta.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/lira-garante-pec-e-diz-que-pais-nao-tem-problema-financeiro,0b6dc6b56469599fab09e97c51c53890x7ckl1oq.html>

Incertezas em meio à melhora na arrecadação e nas contas do governo

STEPHANIE TONDO stephanie.tondo@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Este governo se autodestroi e quer destruir o próximo", diz Doria

Maria Cristina Fernandes e César Felício De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Criticada pela alta de preços, Petrobras vai à TV se defender

André Ramalho

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Nível de endividamento das famílias bate recorde - MERCADO S/A



facebook/Reprodução



AMAURI SEGALLA

A crise brasileira pode ser traduzida em um único número: 12 milhões de famílias estão endividadas. Apurado pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), o dado corresponde ao maior nível da série histórica iniciada há 11 anos e abrange todo tipo de dívida: cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja e crédito consignado. Como sempre, o cartão de crédito é o principal vilão, respondendo por quase 85% de todas as dívidas dos brasileiros. De fato, não foi fácil a vida do cidadão nos últimos dois anos. Nesse período, o real sofreu desvalorização de cerca de 40%. O desemprego aumentou. Os níveis de miséria

dispararam. A fome voltou com tudo. A **inflação**, que parecia guardada em um passado distante, ressurgiu e está disposta a ficar por aí durante um bom tempo. O governo precisa agir, mas parece preocupado apenas com o calendário eleitoral.

Jorge Paulo Lemann abre mão de controle da Americanas

Depois de 40 anos, o trio de sócios Jorge Paulo Lemann (foto), Beto Sicupira e Marcel Telles abriu mão do controle da rede Americanas. Segundo **comunicado**, a mudança responde a uma demanda de investidores e simplifica a estrutura societária da companhia. A Americanas passará a ser listada nos Estados Unidos e focará na internacionalização dos negócios. Com a nova estrutura, também migrará suas ações para o Novo Mercado, o segmento da Bolsa brasileira com maiores exigências de governança.

"Gato" de internet e outros golpes: o mau exemplo dos brasileiros

Um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com o Sebrae mostrou um lado questionável dos brasileiros. Segundo o estudo, 24% usam "gato" em serviços como internet, TV a cabo, luz ou telefone e 14% admitem que desfrutaram de serviços por meio de contas de terceiros sem autorização, o famoso compartilhamento do Netflix. Depois não adianta reclamar das mazelas do país.

Bolsa não para de quebrar marcas negativas

Quando se imaginava que a Bolsa brasileira já teria atingido o fundo do poço em 2021, eis que novas marcas negativas não param de ser quebradas. Ontem, o Ibovespa caiu 2,09%, renovando assim a menor pontuação de fechamento do ano. O mercado ficou estressado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que adia o pagamento de precatórios, além da maior preocupação com a desaceleração econômica. Para quem tem investimentos em renda variável, o futuro será desafiador.

743%

foi o aumento do lucro líquido da AES Brasil no terceiro trimestre diante de igual período de 2020. Em tempos de crise hídrica e tarifas mais caras, o resultado chama a atenção.

Os sinais para a economia em 2022 não são muito encorajadores"

Rapidinhas

O Grupo Pão de Açúcar anunciou um arrojado plano de expansão para a sua principal marca: a abertura de 100 unidades até 2024. Na projeção anterior, a empresa havia apontado o plano de inaugurar 50 unidades até 2023. Atualmente, considerando todas as suas bandeiras e formatos de estabelecimentos, o GPA possui 697 pontos-de-venda no país.

O Google lança, nesta semana, um guia de varejo para pequenas e médias empresas. O objetivo é ajudá-las a se preparar para os eventos de compras que se aproximam, como Black Friday e Natal. Segundo o Google, a publicação traz informações sobre mudanças de comportamento dos consumidores e orientações sobre como se conectar com clientes.

A B3 alcançou em outubro a marca de 4 milhões de contas de pessoas físicas. Em número de CPFs, os investidores somam 3,4 milhões. A diferença se dá pelo fato de o mesmo indivíduo ter conta em diversas corretoras. De acordo com a B3, o valor sob custódia das pessoas físicas alcançou R\$ 490 bilhões.

O Facebook anunciou a primeira aquisição após a mudança de nome para Meta. Trata-se da startup Within, desenvolvedora de aplicativos que estimulam a prática de exercícios com o auxílio de realidade virtual. Para especialistas, a investida reforça a intenção da empresa de Mark Zuckerberg de investir no ambiente metaverso.

A bomba que a Câmara aprovou - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Analisar política fiscal é um desafio ao raciocínio lógico. A oposição parlamentar ao presidente Jair Bolsonaro, que é contra o atual teto de gasto, votou contra a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios que, em teoria, flexibiliza o teto de gasto. Como entender? A resposta tem pelo menos quatro partes.

Primeiro, nos precatórios, o governo Bolsonaro propõe empurrar mais da metade da despesa de 2022 para 2023 e assim em diante. A medida tem precedente, pois o próprio Judiciário já estabeleceu ordem de pagamento no passado, bem como modulou acerto de contas entre União, estados e municípios. Onde está, então, o problema da oposição?

Do jeito proposto, o adiamento de precatórios prejudicará pagamentos de pequeno valor, para pessoas de baixa renda, e criará bola de neve de dívida para os próximos governos, aumentando a incerteza fiscal.

Para piorar, a proposta do governo também ampliou as formas de pagar precatórios, facilitando a liquidação de patrimônio público (terrenos, ações de estatais e outros itens) para quitar tais obrigações.

Seria menos arriscado pagar precatórios com emissão de dívida pública, pois precatório atrasado nada mais é do que dívida pública.

Segundo, nas transferências de renda, em outubro, 34 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial, de R\$ 300/mês. De agora em diante essas pessoas poderão contar com o Auxílio Brasil (novo nome do Bolsa Família) de R\$ 400/mês. Se o valor aumentou, qual é a chiadeira da oposição? Simples, como o governo prevê atender 17 milhões de pessoas no Auxílio Brasil, os 17 milhões restantes perderão transferência de renda a partir deste mês (estimativas mais pessimistas chegam ao potencial de 22 milhões de desassistidos).

A equipe econômica aposta que a economia decolará, que quem perdeu auxílio emergencial encontrará rapidamente emprego no setor de serviços. Pode acontecer, mas hoje o cenário mais provável é desaceleração do **PIB** (Produto Interno Bruto), com

risco de recessão. Neste contexto seria melhor manter o auxílio emergencial em 2022, com eventual aumento de valor, que é a proposta da oposição.

Terceiro, a proposta de Bolsonaro também abre recursos para emendas de relator, aquela parte do Orçamento alocada sem transparência ou garantia de efetividade econômica e social.

Além de emendas individuais e de bancada, que fazem parte do funcionamento da democracia, teremos mais R\$ 16 bilhões de gasto alocados pelo relator do Orçamento para atender aos interesses de reeleição do centrão. Seria melhor focar estes recursos em programas centralizados de saúde, educação e infraestrutura. Vem daí a resistência da oposição à medida.

Por fim, a elevação do teto de gasto em 2022 prevê a volta do arrocho fiscal após um ano. Foi assim em meados 2020 e início deste ano. Fura-se o teto de gasto com a promessa de que será por pouco tempo, de que a economia melhorará rapidamente permitindo corte de gasto dentro de 6 a 12 meses. Como a realidade insiste em não obedecer aos prognósticos do governo, ninguém mais acredita que o atual teto de gasto é sustentável.

Dado que o gasto extra previsto para 2022 não resolveu a incerteza fiscal de 2023 em diante, a resposta veio em depreciação cambial, aumento da **inflação** e elevação do juro. Desde 2019 a oposição a Bolsonaro defende resolver a incerteza de uma vez por todas, revisando a regra de gasto. Mais uma vez o governo ignorou o problema.

No final das contas a Câmara aprovou uma bola de neve nos precatórios, corte do auxílio emergencial para 17 milhões de pessoas, recursos extra para reeleição do centrão e manutenção da incerteza orçamentária.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49720&anchor=6444808&pd=7405eb5033387e5f32b05c715e616e31>

Bradesco aumenta lucro em 34,5% no trimestre, para R\$ 6,76 bilhões



Lucas Bombana

O Bradesco registrou lucro líquido de R\$ 6,767 bilhões no terceiro trimestre de 2021.0 resultado representa um crescimento de 34,5% na comparação com igual período do ano passado, e de 7,1% em relação ao segundo trimestre do ano.

De acordo com a instituição, o terceiro trimestre deste ano foi marcado pela forte recuperação dos resultados das operações de seguros, que registraram uma evolução de mais de 100% no período, motivados pela redução da frequência dos eventos relacionados à Covid-19.

A carteira de crédito do banco da Cidade de Deus, em Osasco, chegou a R\$ 773,3 bilhões no fim de setembro, aumento de 16,4% na comparação anual, e de 6,5% na comparação com o mês de junho deste ano.

Destaque para a forte aceleração da carteira de pessoas físicas, que apresentou evolução de 24,7% em 12 meses e de 6,3% no trimestre, para R\$ 303,4 bilhões, impulsionada pelas operações de financiamento imobiliário, cartão de crédito e crédito consignado. Na carteira de pessoas jurídicas, as operações de PME (pequenas e médias empresas) evoluíram 27,8% no ano e 9,1% no trimestre.

O resultado levou o banco a revisar sua projeção para o crescimento da carteira de crédito em 2021, de um intervalo de 9% a 13% para algo entre 14,5% e 16,5%.

"Os números demonstram nossa capacidade de reagir rapidamente às mudanças de cenário. A recuperação da economia com o arrefecimento da pandemia trouxe

de volta a demanda do cliente para novos negócios, investimentos e serviços", afirmou o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., em **comunicado**.

Lazari considerou que o ambiente macroeconômico foi positivo de modo geral nos últimos meses. "Apesar de algumas incertezas, quando olhamos pelo retrovisor, percebemos que a pandemia ficou para trás", afirmou o executivo. "A atmosfera das agências, que voltaram a trabalhar com 100% do quadro em regime presencial, mudou completamente, há mais demanda, interesse e conversa sobre negócios".

A receita de prestação de serviços da instituição financeira alcançou R\$ 8,8 bilhões no período, um aumento de 7,8% ano contra ano, e uma evolução de 4,1% na margem.

O retomo anualizado sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 18,3%, evolução de 5,4 pontos percentuais em bases anuais, e de 0,1 ponto ante o trimestre anterior.

Já a taxa de inadimplência encerrou o trimestre em 2,6%, contra 2,3% há um ano, e 2,5% no segundo trimestre.

A provisão para devedores duvidosos alcançou R\$ 3,4 bilhões no trimestre, queda de 39,9% na comparação anual, e de 3,7% ante junho de 2021.

"Há um combo conhecido de riscos, composto de fiscal, **inflação, PIB** e aumento da concorrência. Os desafios mudaram, mas são igualmente intensos. Vamos nos posicionar à medida que o cenário para o ano que vem for se consolidando. A inadimplência e a política de crédito vão continuar sendo pontos de atenção e critério", comentou o presidente do Bradesco.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49720&anchor=6444808&pd=7405eb5033387e5f32b05c715e616e31>

Governo libera R\$ 1,2 bi do orçamento secreto na véspera de votação de PEC

BRENO PIRES, ANDRÉ SHALDERS

Em busca de apoio para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios, o presidente Jair Bolsonaro decidiu abrir o cofre e acelerou a liberação de dinheiro a deputados na véspera da votação, na madrugada de ontem. Desde a semana passada, quando o texto chegou ao plenário da Câmara, o governo empenhou R\$ 1,2 bilhão das chamadas emendas de relator-geral - o mecanismo do orçamento secreto.

Segundo relatos feitos ao Estadão, o valor oferecido por interlocutores do Palácio do Planalto pelo voto de cada parlamentar foi de até R\$ 15 milhões.

Quem coordenou as negociações para a aprovação da proposta foi o próprio presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL).

A PEC foi aprovada em primeiro turno na madrugada de ontem com uma margem estreita - 312 a 144, apenas quatro votos acima dos 308 necessários.

Partidos que se colocam como oposição e que pretendem lançar candidatos na eleição presidencial de 2022, como o PSDB, o PDT, o MDB e o Podemos, ajudaram a garantir a aprovação.

Parlamentares dessas siglas, que já haviam sido contemplados com recursos do orçamento secreto, deram 52 votos a favor da medida e contribuíram para a vitória do governo (mais informações na pág. A12).

"Colegas nossos de bancada comentaram que era esse valor, de R\$ 15 milhões (para quem votasse a favor da PEC)", afirmou ao Estadão o deputado Celso Maldaner (MDBSC), que votou contra e disse não ter recebido nada. Questionado sobre como soube da oferta, o deputado disse ter ouvido o "comentário de um colega de partido, vice-líder de governo, que falou que os vice-líderes estiveram reunidos e falaram nesses números".

Hildo Rocha (MDB-MA) também relatou conversas sobre a troca de votos por emendas.

"Quando os deputados do PDT começaram a votar com o governo nos requerimentos do "kit obstrução", muita gente no plenário avaliou que o governo tinha

conseguido conquistar o PDT à base de R\$ 200 milhões em emendas de relator", disse Rocha.

O único integrante do MDB entre os vice-líderes do governo é o deputado Lúcio Mosquini (MDB-RO). Procurado, ele negou ter tratado sobre liberação de emendas em troca de votos. "Zero vezes zero. Eu garanto para você que você não acha um ofício meu (indicando recursos)", disse o parlamentar, um dos dez do seu partido a apoiar a PEC.

A proposta é tratada como prioridade pelo Palácio do Planalto por abrir espaço no Orçamento para o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, com pagamento médio de R\$ 400. A crítica de opositores à medida, porém, é a forma encontrada para viabilizar o benefício.

"CALOTE". O texto foi batizado de "PEC do calote" por postergar o pagamento de dívidas da União reconhecidas judicialmente, além de prever um "drible" no teto de gastos, regra que limita o aumento de despesas do governo à **inflação**. Com isso, o "valor extra" obtido será de R\$ 91,6 bilhões, o que daria tanto para encaixar o novo Bolsa Família quanto para ampliar as emendas parlamentares e o fundo eleitoral no ano que vem, como pretendem os parlamentares.

O receio de Bolsonaro de não conseguir colocar de pé o Auxílio Brasil, sua aposta eleitoral para conseguir a reeleição, levou o governo a bater recorde de emendas liberadas em outubro.

O valor empenhado foi de R\$ 2,95 bilhões. A maior parte, de R\$ 909 milhões, em apenas dois dias: quinta-feira (28 de outubro) e sexta (29), logo depois da primeira tentativa frustrada de votar a PEC, na noite do dia 27.

No jargão orçamentário, o "empenho" significa que o dinheiro está reservado para uma determinada finalidade. Tradicionalmente, os ministérios represam as emendas parlamentares e deixam para fazer os empenhos às vésperas de votações importantes no Congresso.

As emendas de relator-geral, identificadas pelo código RP-9, estão na base do esquema do "orçamento secreto", revelado pelo Estadão. Equivalem a bilhões de reais distribuídos sem que se conheça o autor da

solicitação e os critérios para aplicação dos recursos. O mecanismo tem sido usado por Bolsonaro para aumentar sua base no Congresso.

Além destas, o governo também aumentou nos últimos dias o ritmo do pagamento de outras emendas, como as individuais e de bancadas.

"DINHEIRO". A deputada Joice Hasselmann (PSDB-SP), que foi líder do governo no primeiro ano de mandato de Bolsonaro, afirmou que, sem as emendas de relator, a PEC jamais passaria. "Ontem vimos a intensificação dos interlocutores do Palácio, dos representantes do governo, derramando dinheiro em cima de deputado, oferecendo espaços cada vez maiores para tentar aprovar de qualquer jeito a PEC dos precatórios", disse ela.

A deputada afirmou que também houve pressão para aprovação da PEC que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a qual ela chama de "PEC da Vingança".

Segundo Lira, no entanto, o que permitiu a aprovação da PEC foi a "diplomacia". "O resultado foi conseguido na diplomacia das negociações claras, e com o objetivo de destravar uma coisa que é urgentíssima, que é o auxílio emergencial." Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou.

LIBERAÇÃO DE EMENDAS DE RELATOR-GERAL (RP-9)

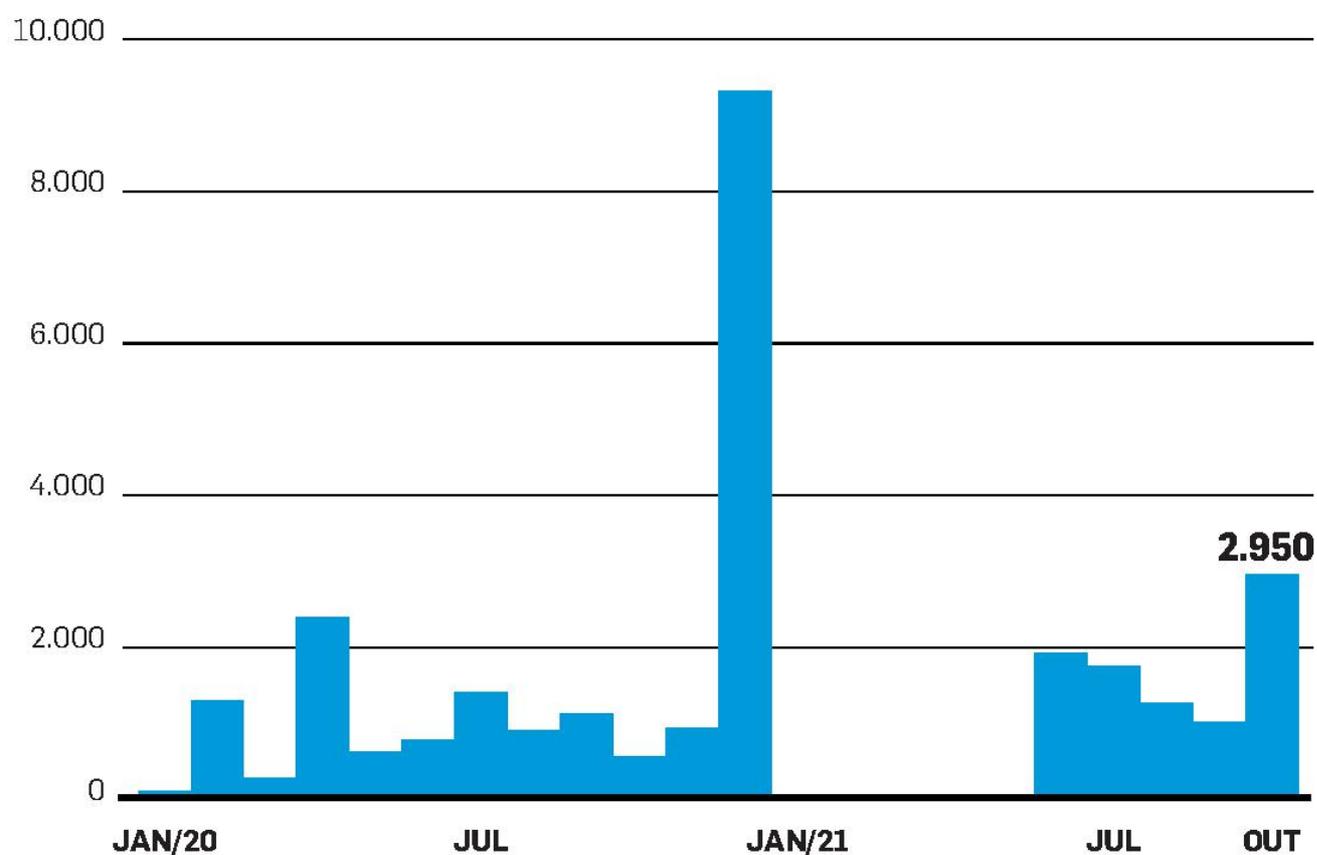
FONTES: SIGA E TESOUREIRO GERENCIAL/
INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

LIBERAÇÃO DE EMENDAS DE RELATOR-GERAL (RP-9)

Governo empenhou R\$ 2,95 bilhões apenas em outubro

VALOR EMPENHADO EM MILHÕES DE REAIS



FONTES: SIGA E TESOIRO GERENCIAL/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'A PEC dos precatórios não será enterrada', diz presidente da Câmara

IDIANA TOMAZELLI, ADRIANA FERNANDES E LORENNA RODRIGUES

Fiadores da vitória do governo Jair Bolsonaro na aprovação em primeiro turno da PEC dos precatórios, partidos de oposição mergulharam em disputas internas e estão sob ameaça de retaliação caso mantenham a posição na próxima votação, marcada para terça-feira. Articulador do acordo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), minimiza a crise nas legendas e aposta em mais votos no segundo turno.

"Não acredito em mudanças partidárias bruscas", diz Lira.

"Tínhamos quase 60 deputados ausentes. Isso não acontecerá na terça. O quórum será maior." Segundo ele, o número de votos será maior do que os 312 no primeiro turno - apenas quatro acima do mínimo de 308 para uma mudança constitucional. "A PEC não será enterrada", afirmou.

A PEC muda a correção do teto de gastos, que limita o avanço de despesas à **inflação**.

O texto libera R\$ 91,6 bilhões de espaço no Orçamento de 2022 e é estratégico para tirar do papel o Auxílio Brasil de R\$ 400 como quer Bolsonaro. Parlamentares contrários à proposta reclamam que a folga fiscal pode ser usada para turbinar as "emendas de relator" a aliados do governo via orçamento secreto (leia mais nas páginas A10 e A12).

Partidos geralmente alinhados em temas econômicos, como MDB e PSDB, racharam, e o governo recorreu à oposição.

Lira obteve dez votos dos 32 da bancada do PSB, e 15 votos dos 24 do PDT. Exponentes das duas legendas reagiram. O presidente do PSB, Carlos Siqueira, avisou que a sigla pode fechar questão contra a matéria para o segundo turno - o que deflagraria punição a deputados infiéis. Já o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) anunciou a suspensão de sua pré-candidatura ao Planalto até que seu partido "reavalie" sua posição.

Os deputados da oposição que votaram de forma favorável argumentam que houve negociação para flexibilizar a PEC, garantindo a prioridade de

pagamento aos Estados dos precatórios do Fundef (extinto fundo de educação).

BARGANHA. O Estadão apurou que as negociações também envolveram promessas de emendas, de até R\$ 15 milhões por parlamentar. O dinheiro pode ser enviado à base eleitoral do congressista, patrocinando ações com o carimbo do político - que também deve concorrer em 2022.

Segundo um integrante da bancada tucana, o mapa de votação - como cada deputado votou na PEC - agora trabalha "contra" Lira, pois cada partido "sabe cada pedra que terá de mexer para virar alguns votos".

De acordo com essa fonte, se de um lado a força do presidente da Câmara são as emendas de relator, de outro a força do partido é o fundo eleitoral.

Perguntas e respostas

O que é a PEC dos precatórios e o que a faz tão polêmica? Se é para viabilizar o Auxílio Brasil com um benefício de R\$ 400, por que é tão polêmica?

Pela forma como o governo faz isso, com duas mudanças para abrir espaço no Orçamento de 2022, ano de eleições, de R\$ 91,6 bilhões: - Adia o pagamento de precatórios (dívidas do governo definidas pela Justiça); - Muda a correção do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam acima da **inflação**.

Como se divide o espaço de R\$ 91,6 bilhões?

R\$ 2 bi vão para Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria, que também têm teto corrigido R\$ 3,9 bi, para educação R\$ 1,8 bi, para saúde R\$ 0,3 bi, para emendas individuais e de bancada Sobram R\$ 83,6 bilhões Cerca de R\$ 50 bi vão para o Auxílio Brasil, para garantir benefício de R\$ 400 até dezembro/2022, e cerca de R\$ 24 bi, para bancar o reajuste maior de despesas atreladas ao salário mínimo Espaço efetivo: R\$ 9,6 bi O que ainda falta?

Auxílio diesel: R\$ 4 bilhões Compra de vacinas: ainda a ser definido, mas a necessidade seria de mais R\$ 3 bi Emendas de relator: parlamentares falam em R\$ 16 bi Aumento do fundo eleitoral: mais R\$ 3 bi Desoneração da folha de pagamento: cerca de R\$ 6 bi

Quais são as principais críticas à PEC?

Técnicos alertam que a folga também será usada para turbinar as emendas parlamentares.

Congressistas falam em um piso de R\$ 16 bi para as emendas de relator, direcionadas aos redutos eleitorais de aliados do governo e criticadas pela falta de transparência. A divisão exata do espaço liberado pela proposta no teto de gastos só será definida na votação do Orçamento de 2022.

O que muda no pagamento dos precatórios?

O limite proposto é o montante pago em precatórios em 2016, ano da aprovação do teto de gastos, corrigido pela **inflação**. Como mostrou o Estadão, o adiamento dessas dívidas afeta principalmente grandes empresas como Petrobras, bancos públicos e privados e fundos de investimento que adquirem os direitos de cobrar esses débitos.

Há alternativa à PEC dos precatórios?

Sim. Especialistas já deram sugestões. Uma delas é contabilizar o precatório do Fundef (antigo fundo de educação, cobrado por Estados) fora do teto, cortar despesas da máquina pública e direcionar parte das emendas ao gasto social.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso tem o dever de derrotar PEC do Calote (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Gasolina tem em outubro o maior preço do século

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Gasolina atinge maior valor do século nas bombas

André Ramalho e Rafael Rosas Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Presidente diz que TCU deixou de preocupar o governo

Murillo Camarotto e Matheus Schusch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187054?page=1§ion=1